

# Lula dá a largada na contramão do que levou ao sucesso de seus dois governos

Presidente eleito tem em seu próprio passado evidências de como tirar milhões da miséria

Fernando Canzian

SÃO PAULO Ao defender furar o teto de gastos como "responsabilidade social" e tentar manter fora da atual âncora fiscal despesas da Bolsa Família ressuscitado, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), embarca na contramão do caminho que levou ao sucesso de seus dois governos, entre 2003 e 2010.

Estimativas apontam um valor de R\$ 175 bilhões ao ano, equivalente a cerca de 2% do PIB, o que o novo governo quer manter fora do teto ao longo de seu mandato.

O valor pressionará o aumento da dívida pública e tornará muito difícil para Lula conseguir terminar seu governo (com essas despesas adicionais) realizando um superávit primário de 2% do PIB, considerado necessário para estabilizar a dívida pública em relação ao PIB.

O superávit primário é a economia que o governo deveria fazer, entre arrecadação e despesas, para pagar juros da dívida pública. Se não o faz, a dívida aumenta, e o mercado exigirá juros cada vez mais altos do governo para financiá-lo.

Isso compromete investimentos produtivos e encarece empréstimos a consumidores, derrubando a economia. Também acaba levando a mais inflação, à medida que o governo terá de emitir dinheiro para financiar gastos e o pagamento de juros, trazendo um cenário de estagflação (recessão com inflação).

Dados dos últimos 20 anos deixam claro que a responsabilidade fiscal e os superávits primários foram fundamentais para que Lula fizesse mais pelo social — como diz ser sua prioridade agora.

Ao realizar superávits todos os anos, entre 2003 e 2010, para reduzir a dívida pública, Lula obteve taxa média anual de crescimento do PIB de 4% (quase o dobro da era FHC), baixou o desemprego, a miséria, a inflação, o dólar e aumentou os investimentos no país.

Isso ocorreu pelo fato de os agentes econômicos (empresas, mercado financeiro, empreendedores) confiarem na solvência do país com a diminuição da dívida pública proporcionada pelos superávits.

Com isso, o governo pagou juros mais baixos para se financiar, afastando a necessidade de um eventual aumento da carga tributária para pagar a dívida. Deu-se, então, um ciclo virtuoso de crescimento sustentável.

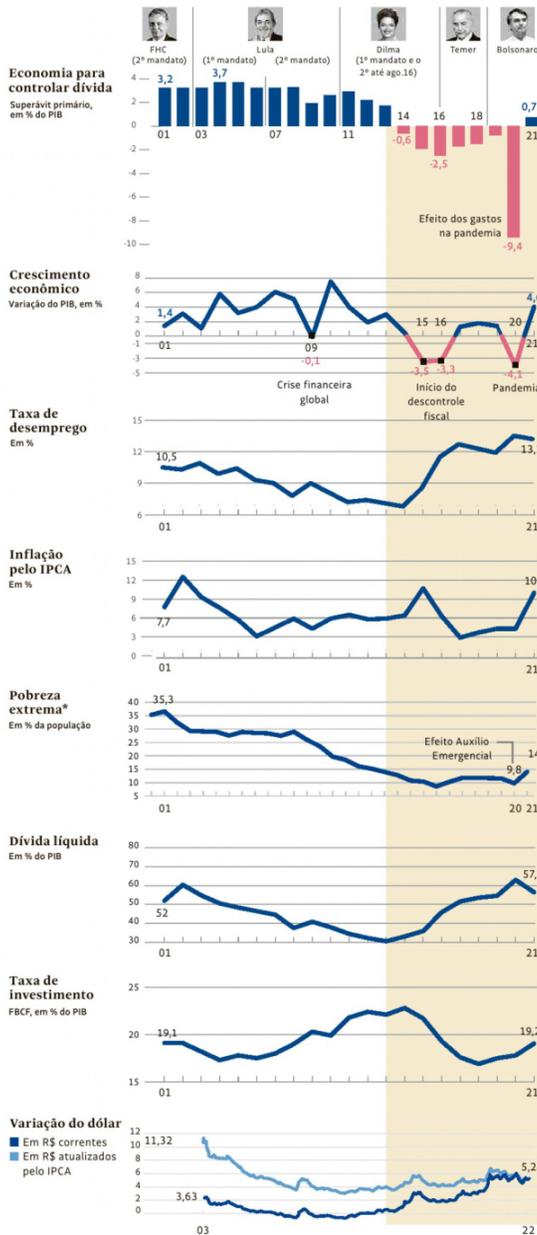
Ponto que Lula mais enfatiza em seus discursos, o período de superávits contribuiu para que seu governo cortasse à metade o total de miseráveis no Brasil, de 29%, em 2003, para 14%, em 2010.

Segundo dados da FGV Social daquele período, quanto mais pobre, maior foi o aumento real na renda, o que contribuiu para a travessia de milhões de brasileiros da classe D/E para a C — agora mais próxima do bolsonarismo.

A taxa de pobreza extrema continuou caindo quando Lula deixou a Presidência. Mas só até quando sua sucessora, Dilma Rousseff, interrompeu o controle de gastos e deixou de fazer superávits, a partir de 2014. dali em diante, todos os indicadores pioraram, e o Brasil viveu a estagflação ao final do governo Dilma.

O longo período de baixo crescimento que se seguiu ao fim dos superávits em 2014 afetou diretamente os mais pobres e os informais, agora alvos de programas sociais como o Auxílio Brasil e da política em torno da responsabilidade fiscal versus social.

## Brasil melhorou com superávits e piorou após déficits



\*Renda domiciliar per capita até R\$ 290 (a preços de 2022) a partir dos microdados harmonizados da PnadC e da Pnad Covid do IBGE. Para 2020, estimativa preliminar pela Pnad Covid. Fontes: FGV Social, Ministério da Economia, IBGE, Banco Central, FMI, MB Associados e Elaboração Marcos Hecksher (ENCE/IBGE) com dados do Banco Central e IBGE.

com benefícios tributários concedidos a empresas e setores — quase o dobro do que a chamada PEC da Transição poderá custar para adequar o Orçamento de 2023 e atender as promessas de campanha de Lula.

Os chamados benefícios tributários, financeiros e creditícios a setores e empresas dobraram nos governos Lula e Dilma e hoje equivalem a quase 4,5% do PIB. Grande parte refere-se ao Simples, que tem levado muitos empresários individuais a pagar, proporcionalmente, menos impostos.

Mas, mesmo que se mantenha o Simples, especialistas veem muito espaço para cortes nesses benefícios. Análise do Banco Mundial sobre políticas de incentivos em Brasil, Austrália, Canadá, Coreia do Sul e México concluiu que só o caso brasileiro resultou na combinação de aumento dos gastos tributários e queda na arrecadação — sugerindo que eles não aceleraram o crescimento.

O Brasil também gasta cerca de 25% do PIB (R\$ 2,2 trilhões) na área social, incluindo saúde, educação e Previdência. Enquanto vigorou, o Bolsa Família consumia pouco mais de 0,5% do PIB (cerca de 43,5 bilhões a preços de 2021), sendo bem sucedido por causa da focalização.

Especialistas defendem, por exemplo, um programa que chegasse a 1% do PIB (quase R\$ 90 bilhões), mas muito bem focalizado, e que leve em conta as vulnerabilidades de cada família e número de filhos, entre outros fatores.

A proposta de Lula (assim como a de Jair Bolsonaro) prevê, ao contrário, um valor linear de R\$ 600 a todos os atendidos, independentemente do tamanho da família e de suas necessidades. Isso só torna o programa mais caro e sem foco naqueles que de fato estão na pobreza extrema — cerca de 14% dos brasileiros (30 milhões).

Diante da precariedade das contas públicas e da experiência progressa, Lula e equipe poderiam se debruçar sobre o que deu certo, e onde é possível economizar e melhorar a eficiência da despesa pública.

Como a trajetória de Lula e Dilma na Presidência demonstrou, há dois caminhos a seguir. Lula parece estar pegando a via errada.

## Gov. prevê reajuste de 6% para aposentadorias do INSS em 2023

A nova previsão de inflação do governo federal aponta reajuste de 6% nas aposentadorias do INSS em 2023. O INPC, usado para corrigir salários e benefícios no país, deve fechar o ano menor que o previsto anteriormente pela equipe econômica. O índice final a ser aplicado, entretanto, só será conhecido em 10 de janeiro, quando o IBGE divulgará a inflação de 2022. Com o reajuste previsto em 6%, o teto do INSS chegaria a R\$ 7512,45. Já o salário mínimo ficaria em R\$ 1.302 com a aplicação da inflação estimada em 6% mais um aumento real de 1,3% ou 1,4%, conforme prevê a equipe de transição do governo Lula. O Ministério da Economia também piorou a estimativa de alta do PIB em 2023 para 2,1%, ante previsão anterior de 2,5%.